

A escolha da carreira: entre o sonho e as possibilidades

Eduardo Henrique Narciso Borges

Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ). Professor substituto no Departamento de Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Resumo

Nas últimas décadas, houve forte expansão do ensino superior brasileiro, com o aumento do ingresso de indivíduos mais pobres e que são os primeiros de suas famílias a ingressarem na universidade. Esse fato traz importantes questões para a Sociologia da Educação. O objetivo deste trabalho é analisar os condicionamentos sociais da escolha da carreira e as condições de permanência e inserção simbólica desses estudantes na universidade por meio de pesquisa bibliográfica e análise de dados quantitativos que auxiliam na compreensão da questão. As condições que esses estudantes encontram, as oportunidades disponíveis e a maneira como se integram à vida universitária são temas de suma importância para a análise sociológica e de grande valor para o campo de estudo das desigualdades educacionais.

Palavras-chave: Ensino superior; Escolha da carreira; Acesso e permanência.

Abstract

Career choice: between dream and possibilities

In the last decades there has been a strong expansion of Brazilian higher Education and an increase in the frequency of poorer individuals who are the first of their families to enter university. This fact brings important questions for the Sociology of Education. The objective of this work is to analyze the social conditioning of the career choice and the conditions of permanence and symbolic insertion of these students in the university through a wide bibliographical research and analysis of quantitative data that help in the understanding. The conditions that these students encounter, the opportunities and the way they integrate into university are very important subjects for the sociological analysis and of great value for the field of study of educational inequalities.

Key-words: Higher Education; Career choice; Access and permanency.

Resumen

La elección de la carrera: entre el sueño y las posibilidades

En las últimas décadas hubo fuerte expansión de la enseñanza superior brasileña y aumento de la frecuencia de individuos más pobres y que son los primeros de sus familias a ingresar en la universidad. Esto trae importantes cuestiones para la sociología de la educación. El objetivo de este trabajo es analizar los condicionamientos sociales de la elección de la carrera y las condiciones de permanencia e inserción simbólica de estos estudiantes en la universidad por medio de una amplia búsqueda bibliográfica y análisis de datos cuantitativos que auxilian en la comprensión de la cuestión. Las condiciones que estos estudiantes encuentran, las oportunidades disponibles y la manera como se integran a la vida universitaria son temas de suma importancia para el análisis y de gran valor para el campo de estudio de las desigualdades educativas.

Palabras clave: Enseñanza superior; Elección de la carrera; Acceso y permanencia.

Introdução: socialização e construção de expectativas de futuro

Expectativas de futuro e escolha da carreira são temas clássicos para a Sociologia da Educação e ganham novo estímulo no momento em que cresce, cada vez mais, a presença de estudantes que são os primeiros de suas famílias a ingressarem no ensino superior. Ojala (apud BARBOSA & SANT'ANNA, 2010) indica que jovens de diferentes origens sociais veem a universidade de formas distintas. Enquanto os mais favorecidos a percebem de forma mais intensa como caminho para realização pessoal, estudantes de origem mais modesta a veem de um ponto de vista mais instrumental como meio para obter melhores colocações no mercado de trabalho. Margulis e Urresti (1996) também apontam que a percepção varia de acordo com a classe social, local de moradia, educação e experiências de vida. Em nossa realidade, enquanto jovens mais favorecidos normalmente vivem suas primeiras experiências de trabalho em estágios e projetos de iniciação científica, grande parte da juventude pobre trabalha ainda durante o ensino médio (quando o cursam) como forma de auxiliar no sustento familiar, e devem continuar trabalhando se desejarem manter os estudos superiores.

As diferenças de capital cultural e social são extremamente importantes na construção de expectativas. Elias (1995) aponta que a genialidade de Mozart (1756-1791) foi favorecida pela ação do pai, que lhe proporcionou bons professores e contatos que fizeram com que se tornasse um músico conhecido. Esta é mais uma evidência de que o talento natural pode ser, e recorrentemente é, refinado pelos investimentos familiares, sejam financeiros, na forma de investimentos educacionais (onde atua o interesse de reprodução de classe), sejam afetivos, na forma de incentivos, apoio, carinho e compreensão.

O local de moradia, a família, as relações sociais, a escola e o consumo cultural (livros, idas a museus, cinemas e teatros etc.) são essenciais na formação da visão de mundo dos indivíduos. Bourdieu indica em *A Distinção* que

Contra a ideologia carismática segundo a qual os gostos, em matéria de cultura legítima, são considerados um dom da natureza, a observação científica mostra que as necessidades culturais são o produto da educação (...). O peso relativo da educação familiar e da educação propriamente escolar (cuja eficácia e duração dependem estreitamente da origem social) varia segundo o grau de reconhecimento e ensino dispensado às diferentes práticas culturais pelo sistema escolar (...). (BOURDIEU, 2013, p.9).

As informações são partes rentáveis do capital social que podem limitar as expectativas de egressos de meios sociais menos afluentes economicamente. O volume

de capital cultural depende da extensão da rede de relações que os agentes podem efetivamente mobilizar. Salata (2010) aponta a influência do “efeito-bairro” na construção de expectativas de jovens que vivem em bairros mais pobres. O pouco contato que têm esses jovens com exemplos de papéis sociais dominantes, que atuam como modelos, seria responsável por diminuir substancialmente suas expectativas de futuro. Esses jovens não vivem isolados e já experimentaram interação com profissionais prestigiados do mercado, mas o ponto principal é a extensão desse contato no cotidiano, pois este abriria maiores possibilidades, inclusive para a aquisição de informações sobre essas carreiras e os respectivos mercados de trabalho.

Além das expectativas construídas pelos candidatos ao ensino superior, existem aquelas construídas por seus responsáveis, ainda na infância, e que são importantes na definição da trajetória individual, porque os pais possuem um papel de destaque no desenvolvimento emocional, intelectual e profissional dos filhos, bem como da imagem que esses estudantes formam de si mesmos. Barbosa e Sant’Anna (2010) indicam que a intensidade da valorização da escola varia de acordo com o nível de escolarização dos pais e segundo a cor da criança. Quanto maior a escolarização, maiores são as expectativas de futuro para os filhos. Essas expectativas também variam de acordo com o desempenho escolar efetivo das crianças. Levar adiante uma escolaridade com resultados ruins não é viável para as famílias mais pobres, que só se “arriscam” nessa empreitada se observarem alguma possibilidade real de sucesso futuro.

As expectativas variam pouco de acordo com o gênero da criança, sendo um pouco melhores com relação às meninas. Porém, quando a variável é a cor da pele, há uma tendência de que mães de crianças não brancas tenham menores expectativas para o futuro de seus filhos. Esse fato não é evidência de preconceito das mães em relação aos filhos, mas sim da percepção dos destinos esperados socialmente na realidade brasileira para indivíduos não brancos, visto a pouca representatividade de pretos e pardos em posições de destaque e poder. Quando associada a uma maior renda, a variável cor perde significância, mas continua com sinal negativo. As autoras apontam que esse fato pode ser exemplo do que Bourdieu chama de “interiorização de possibilidades objetivas”, com os indivíduos tendendo a absorver a visão dominante como se fosse sua própria perspectiva, afinal trata-se de mães negras que vivem numa sociedade em que a perspectiva branca é dominante.

Outro ponto importante é a expectativa dos professores. Carvalho e Rezende (2012) entrevistaram professoras e crianças do atual ensino fundamental I (1º ao 5º

ano). Nas escolas, um maior número de meninos apresenta dificuldades e recebe conceitos negativos e indicações para atividades de recuperação e, dentre esses, a maioria é percebida como negro e proveniente de famílias de baixa renda. Além da questão mais ampla da influência dos capitais familiares, podemos destacar uma visão estereotipada do menino negro e pobre como mais indisciplinado e de pior trato, visto que, como as autoras indicam muitas vezes, as mesmas atitudes, quando observadas em meninas ou crianças de pele mais clara, não são descritas como desrespeitosas ou indisciplinadas, e que alunos brancos, mesmo sendo mais “agitados”, são com maior frequência considerados “bons alunos” pelas professoras, “apesar de serem bagunceiros”. Essas questões criam o cenário no qual os jovens devem realizar as escolhas para seus futuros.

Este artigo foi desenvolvido a partir de metodologia mista que envolveu pesquisa bibliográfica e trabalho do autor com dados secundários do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e de pesquisas desenvolvidas no âmbito de grupos de pesquisas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), indicados no decorrer do texto. A partir deste esforço analítico, temos subsídios para desenvolver uma análise que pretende dar indicações sobre como os jovens de menor renda oriundos de famílias sem tradição universitária escolhem suas carreiras, tendo como referencial o contexto atual de expansão do ensino superior brasileiro, que tem proporcionado o ingresso significativo de jovens que são os primeiros de suas famílias a cursarem o ensino superior, superando expectativas sociais a respeito dos mesmos.

Os referenciais teóricos são associados à análise de dados que procuram conferir solidez à investigação e proporcionar uma visão mais completa das questões que envolvem a escolha das carreiras e a trajetória acadêmica de jovens mais pobres, cotistas e negros ingressantes no ensino superior brasileiro. Nesse sentido, destacam-se os dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que nos dão um panorama do perfil dos estudantes concluintes e informações valiosas sobre o contexto socioeconômico dos grupos que são o foco da análise desenvolvida.

A escolha da carreira

Os dados de 39 cursos superiores avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), analisados nesta pesquisa, indicam que, no Brasil, ocorre a tendência já indicada pela literatura de que cursos com pouco prestígio e com

menores remunerações recebam grande quantidade de ingressantes de menor renda, enquanto jovens mais favorecidos tenderiam a escolher cursos de seleção mais severa e maior prestígio (DUBET, 2015; FORQUIN, 1995). A escolha de um curso, independentemente do quão valorizado socialmente ele seja, é orientada pelo cálculo racional, sendo que indivíduos mais pobres sabem que terão maiores dificuldades para ingressar em cursos mais concorridos por diversas razões: contexto familiar, autopercepção, percepção da escola e pontuação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), enquanto os mais favorecidos sabem que possuem maiores chances, bem como maiores informações nos círculos em que convivem sobre diversos campos profissionais e seus ajustamentos e regras internas. A construção de expectativas é afetada, principalmente nos meios sociais menos afluentes, por informações totalmente superficiais e adquiridas às vezes circunstancialmente (SPARKES, 1997 apud NOGUEIRA, 2013).

A escolha da profissão depende em maior grau de condicionamentos sociais que propriamente de um chamado ou vocação, considerando situações específicas e a forma como o sistema de ensino superior no Brasil tem funcionado. Nogueira (2013) aponta alguns fatores que influenciam a escolha e as condições que definem quais são as possibilidades viáveis. Entre os chamados fatores macrosociológicos são elencados a posição social dos estudantes, a estrutura de oportunidades do sistema universitário (horário dos cursos, cursos oferecidos, disponibilidade de assistência estudantil etc.), além de características do mercado de trabalho dos diversos cursos. A escolha racional não é puro *homo economicus*, ou seja, não é uma ação que leva em conta unicamente retornos materiais em termos de prestígio e remuneração salarial. A própria racionalidade não é despida de valores, cultura e dimensões simbólicas. Assim, entre fatores microsociológicos o autor enfatiza aqueles que atuam com maior intensidade em uma esfera individual: gostos e preferências, aspirações, expectativas e projetos, habilidades pessoais e competências percebidas pelos estudantes.

Outro conceito importante que auxilia em nossa reflexão é o de “experiência social”, amplamente discutido pelo sociólogo francês François Dubet. A experiência seria uma combinação de lógicas de ação que vinculam os atores a várias dimensões do sistema. Esse ator, com sua racionalidade e sua reflexividade, possui a capacidade para elaborar estratégias que recebem contribuições de todo repertório de experiências pelas quais passou em sua vida. Aqui a dicotomia entre agência e estrutura não assume um caráter fatalista. O conceito de experiência admite uma flexibilização desse modelo e permite que analisemos vários pontos de contato e brechas pelas quais o in-

divíduo, em um modelo cíclico, pode influenciar a estrutura ao mesmo tempo em que por ela é influenciado.

Morais (2013), em seu trabalho com estudantes de origem popular em quatro universidades públicas brasileiras (UFPA, UFPE, UFMG e UNB), indica que os estudantes em desvantagem precisam mobilizar redes sociais para obter recursos necessários à aprovação. A autora aponta que a principal expectativa desse grupo de alunos em relação ao diploma é a melhoria de vida e, para tal, eles precisam mobilizar suas capacidades de agência para tentar “burlar” as dificuldades. A massificação do ensino superior não significa que de fato ocorra democratização, pois é preciso definir a quem a expansão contempla, visto que as classes médias podem ser mais beneficiadas pelo processo, já que têm a possibilidade de investir mais na educação de seus filhos. A questão é analisar como ocorre o processo de seleção e até que ponto ele garante igualdade de oportunidades a indivíduos de diferentes meios sociais, e posteriormente como os indivíduos menos abastados conseguem desenvolver seus estudos.

Um dos principais eixos de análise da expansão do ensino superior é a chamada “teoria da desigualdade maximamente mantida” (MMI¹). A expansão educacional por si mesma não afeta a desigualdade social no que diz respeito à progressão educacional e às matrículas de indivíduos oriundos de diferentes grupos sociais. Isso ocorre porque, como foi sinalizado por Dubet, as classes médias detentoras de um capital cultural privilegiado conseguem se beneficiar de forma mais eficaz da expansão das vagas. Assim, só ocorreria diminuição de desigualdades caso o aumento de vagas ultrapassasse a demanda dos grupos sociais favorecidos (COLLARES; PRATES, 2014). No nosso caso, a expansão por meio das políticas de aumento de vagas no setor público (REUNI) e no setor privado (PROUNI e FIES) é associada a políticas de ações afirmativas, impedindo que essas vagas sejam monopolizadas pelas classes médias oriundas da educação privada, ainda que o Sistema de Seleção Unificada (SISU) crie uma espécie de disputa entre elites escolares dos diversos estados do país por vagas em instituições públicas de prestígio em todo o país.

Um possível efeito das políticas desenvolvidas na última década é o aumento da participação de estudantes dos quintis de menor renda da sociedade brasileira, indicando que esse grupo de estudantes tem apresentado maiores chances de ingresso nas universidades públicas, historicamente “mais acessíveis” a estudantes oriundos

1 Maximally Maintained Inequality.

das classes médias e altas. O quadro a seguir nos dá uma dimensão dessas mudanças no perfil de renda dos estudantes do setor público, com o 1º quintil representando os estudantes com menor renda, e o 5º, aqueles com as maiores.

Quadro I - Distribuição de estudantes de ensino superior na rede pública por quintis de renda.

	2004	2014
5º	54,5%	36,4%
4º	26,9%	25,3%
3º	11,8%	18,0%
2º	5,6%	12,7%
1º	1,2%	7,6%

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais – IBGE, 2015.

No caso brasileiro, houve redução do percentual de estudantes dos quintis de renda mais alta e aumento nos quintis mais baixos na universidade pública. Ainda que os dois quintis de renda mais alta concentrassem, no ano de 2014, 61,7% (sendo 81,4% em 2004) dos estudantes nas universidades públicas, a expansão nos quintis mais baixos foi expressiva, passando de 18,6% de participação total em 2004 para 38,3% em 2014.

Permanência, filiação simbólica e “exclusão do interior”

Estudantes mais carentes enfrentam logo de início o desafio da manutenção financeira de suas graduações. Como apontado anteriormente, os egressos de meios sociais com menos recursos financeiros tendem a ter maiores responsabilidades e preocupações quanto ao sustento de suas famílias, e esse fato dificulta a permanência dos estudantes na universidade. Assim, garantir o acesso não é o suficiente. Diante desse quadro, políticas de assistência estudantil e permanência se tornam essenciais. Em contraposição, dados recentes do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) mostram a pouca cobertura da assistência estudantil (levando em conta também a bolsa permanência do PROUNI).

Quadro II – Distribuição de Bolsa permanência – 2013 e 2014

Bolsa permanência	2013	2014
Nenhum	78,5%	78,4%
Bolsa auxílio	0,4%	0,5%
Auxílio alimentação	0,9%	1,4%
Auxílio moradia e auxílio alimentação	0,5%	0,6%

Outros auxílios	3,2%	3,7%
Sem informação	14,7%	13,2%

Fonte: INEP – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) 2013 e 2014

O horário integral ou diurno de grande parte dos cursos em universidades públicas impõe dificuldades à grande parte dos estudantes mais pobres que têm necessidade de trabalhar, pois inviabiliza a manutenção dos estudos ou atrasa de forma significativa a conclusão dos mesmos. O funcionamento da universidade pública ainda reflete um contexto em que a maioria de seus estudantes era oriunda das classes médias, com tempo livre para dedicação exclusiva aos estudos. Nesse contexto, a insuficiência da assistência estudantil em contemplar a todos que necessitam pode limitar o sucesso de estudantes mais pobres. A questão do horário de funcionamento será novamente abordada mais à frente na discussão do Programa Universidade para Todos (PROUNI) no setor privado.

Além da permanência material relacionada a questões financeiras, existe também a permanência simbólica. Ao mesmo tempo em que as políticas públicas garantem o ingresso de grande quantidade de jovens mais pobres, é preciso que haja medidas para garantir a plena integração desses estudantes, que muitas vezes não têm noção sobre as regras – formais e informais – do mundo acadêmico. O simples aumento da frequência de ingresso de jovens de classes populares no ensino superior não deve ser tomado como um sinônimo de democratização nem como um sinal incontestável de diminuição de desigualdades sociais (ALMEIDA, 2009, 2014; BARBOSA, 2015a, 2015b; HERINGER, 2010). As políticas governamentais e institucionais devem ser analisadas para além dos números brutos de ingressantes, considerando a efetividade da inclusão deste “novo público” na universidade, os níveis de conclusão de curso e as oportunidades no mercado de trabalho.

É preciso ter em mente que políticas de “permanência” e de “assistência” estudantil não tratam dos mesmos fatos. As políticas de permanência seriam mais amplas, englobando aspectos referentes a distintas formas de “inserção plena” no ensino superior, tais como programas de iniciação científica, apoio à participação em eventos e em projetos de extensão, entre outras atividades. (HONORATO, 2015, p.146).

Esse conceito de integração plena pode ser definido como a “filiação simbólica”, que pode ser entendida como uma inserção que não se restringe à frequência às aulas regulares, envolvendo também a participação em outros espaços e vivências que a universidade proporciona, como participação em projetos de pesquisa, iniciação científica, extensão, congressos, seminários etc., além das vivências lúdicas onde se

estabelecem contatos e formação de vínculos. Almeida (2009) utiliza o conceito de “fruição” para analisar a forma como os estudantes mais pobres se integram à universidade e como desfrutam das oportunidades que ela pode oferecer. De acordo com ele, que analisou como isso se dá na Universidade de São Paulo (USP), após o ingresso e o período inicial de euforia, a realidade diária se mostra com força a esse “novo” público que ingressa em um ambiente desconhecido, cujas regras formais e informais não são de domínio dos mesmos e que podem, em algumas circunstâncias, adquirir ares de hostilidade e gerar insegurança e apreensão. A frequência a ambientes de sociabilidade desconhecidos, as formas de se vestir e falar assuntos que dominam trazem novas tensões a esse estudante, além daquelas recorrentes da necessidade de inserção profissional. O sentimento de “não fazer parte daquele mundo” tende a ser muito frequente.

A “falta de interesse” ou esforço não pode ser apontada como a causa da maior parte dos fracassos dos mais pobres no acesso a atividades acadêmicas e complementares. Esse grupo sem tradição nos espaços universitários pode enfrentar dificuldades para ingressar em espaços valorizados no meio acadêmico por diversas razões. Uma delas é o *gap* trazido da educação básica por esses indivíduos e que dificulta a trajetória durante o ensino superior (ZAGO, 2006) por eles não possuírem determinados itens e características específicas de capital cultural valorizadas na seleção subjetiva dos professores (BOURDIEU; PASSERON, 1975). Bourdieu (1999) aponta as informações sobre o sistema universitário como elementos essenciais para a trajetória. Dessa forma, podemos afirmar que saber a quem procurar ou como agir e se adaptar em determinadas situações pode contar pontos para o estudante recém-chegado à universidade. Nesse ponto, o contato com alunos veteranos pode ser um meio interessante para que esses alunos consigam informações, visto que, muitas vezes, as universidades não as fornecem de forma satisfatória (BARBOSA; PRATES, 2015). Essa impressão é ilustrada por relatos de estudantes ingressantes do curso de Pedagogia da UFRJ em pesquisa desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa em Ensino Superior (LAPES – UFRJ) nos anos de 2011 e 2012, a qual deu origem a vários artigos acadêmicos publicados em livro lançado no ano de 2015 (HONORATO; HERINGER), obra que desenvolve toda uma série de debates sobre desigualdades sociais e educacionais. A falta de informações por parte das secretarias acadêmicas e departamentos é destacada como um problema, sendo muitas vezes os estudantes mais avançados no curso a principal (e melhor) fonte de informações acadêmicas e burocráticas.

Um fato que podemos constatar é que o sistema de ensino superior foi du-

rante muito tempo um espaço de socialização de elites inteiradas nas regras do jogo social dentro de uma visão patrimonialista de organização. Os grupos com tradição universitária, imbuídos de elementos de cultura legítima, teriam maiores vantagens no momento das seleções de atividades complementares, principalmente as que conferem remuneração e que são mais “visadas”. Honorato (2015) analisa a participação em atividades complementares (monitoria, extensão, estágio e pesquisa) e a distribuição das bolsas acadêmicas e sociais entre alunos cotistas e não cotistas das instituições federais de ensino superior (IFES) a partir da cor da pele com o objetivo de verificar condições de permanência simbólica e discutir a igualdade de oportunidades. Em relação a atividades complementares, um achado importante deste levantamento é que, quando há remuneração, os alunos não cotistas apresentam um percentual de participação maior que o dos alunos cotistas. Outro fato constatado é que cotistas brancos e amarelos têm maior percentual de participação que os cotistas pretos e pardos.

Bourdieu (1999) indica que a universidade se apresenta como um ambiente democrático e como pré-requisito para acesso a extratos mais valorizados na sociedade, mas afirma que os mecanismos de reprodução de desigualdades fazem com que os grupos estabelecidos no sistema acessem essas posições em maior quantidade que aqueles menos privilegiados. A questão que deve ser analisada é a que envolve as aspirações que o sistema universitário produz nos indivíduos e as oportunidades que ele de fato oferece. Tendo como ponto de referência o processo de democratização do ensino superior brasileiro, é preciso garantir que os estudantes que ingressam tenham condições de concluir seus cursos e também de se integrarem na vida acadêmica e/ou no mercado de trabalho em igualdade de oportunidades. Esses objetivos devem ser levados em conta no momento da elaboração de políticas públicas para que de fato contribuam para a redução de desigualdades e não incorram na situação descrita por Bourdieu segundo a qual

Eis aí um dos mecanismos² que, acrescentando-se à lógica da transmissão do capital cultural, faz com que as mais altas instituições escolares e, em particular, aquelas que conduzem às posições de poder econômico e político, continuem sendo exclusivas como foram no passado. E fazem com que o sistema de ensino, amplamente aberto a todos e, no entanto, estritamente reservado a alguns, consiga a façanha de reunir as aparências da “democratização” com a realidade da reprodução que se realiza em um grau superior de dissimulação, portanto, com um efeito acentuado de legitimação social. (BOURDIEU, 1999, p.223)

2 Estratégias veladas de fechamento que favorecem estudantes com maiores capitais econômicos, sociais e culturais, oriundos de famílias já estabelecidas no sistema. (Adendo do autor).

Neste cenário, o fracasso de jovens de origem social modesta se torna ainda mais estigmatizante porque a imagem que se constrói é a de que tiveram as oportunidades e não conseguiram aproveitá-las por incapacidade, visto que, para aqueles que não possuem vivência ou conhecimento dos mecanismos existentes no interior do sistema universitário, a hipótese de incapacidade desses alunos será preponderante, influenciada pelos preconceitos em relação a indivíduos de origem social mais modesta.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI): acesso, significado, permanência e futuro de estudantes de menor renda

Quem são os bolsistas?

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi uma iniciativa do governo federal para ampliação de vagas no ensino superior, concedendo bolsas de estudos integrais e parciais para estudantes com renda familiar de até três salários mínimos, que tenham estudado em escola pública ou privada na condição de bolsista, que não tenham concluído curso de graduação ou que sejam professores da educação básica com interesse em cursos de licenciatura ou pedagogia (CATANI; GILIOLI; HEI, 2006). Segundo o portal oficial mantido pelo governo brasileiro³, o PROUNI atendeu, desde a sua criação em 2004 até o primeiro semestre de 2016, mais de 1,9 milhão de estudantes, sendo que 70% com bolsas integrais.

Observa-se que, desde 2004, ocorre aumento de participação de indivíduos mais pobres no ensino superior privado. Os três quintis de menor renda aumentaram de forma expressiva sua participação de 9,5% em 2004 para 29,6% em 2014. Podemos indicar o PROUNI e a expansão do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) no período em questão – ainda que este último não seja o foco deste trabalho – como dois dos principais responsáveis por esse resultado, associado a um aumento geral da renda do brasileiro e a um período de estabilidade econômica e no mercado de trabalho. Como podemos observar no quadro abaixo, houve aumento significativo de estudantes de menor renda no setor privado de ensino superior:

³ <http://prouniportal.mec.gov.br/>

Quadro III - Distribuição de estudantes de ensino superior na rede privada por quintis de renda.

	2004	2014
5º	68,4%	40,9%
4º	22,2%	29,6%
3º	6,7%	15,9%
2º	2,2%	10,3%
1º	0,6%	3,4%

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais – IBGE, 2015.

As questões que se colocam são: como o PROUNI se insere nas expectativas de futuro dos estudantes mais pobres? Quais as oportunidades efetivas são disponibilizadas tanto em termos de permanência e conclusão de curso como de posterior ingresso no mercado de trabalho? Outra questão é se esses jovens enxergam o programa como uma opção viável ou se ele se configura como uma opção possível devido à dificuldade em acessar uma instituição pública. Segundo o Censo da Educação Superior 2014, a maior parte das matrículas no ensino superior é no turno noturno (63,0%) e o ensino privado detém 74,9 % das matrículas no país, e um fato a ser destacado é que o PROUNI possui um diferencial, que é a maior atratividade para indivíduos que necessitam conciliar os estudos com o trabalho devido à maior oferta de cursos noturnos.

Almeida (2015) desenvolveu um estudo de caso com 50 bolsistas do PROUNI na cidade de São Paulo com objetivo de dialogar com “Os Herdeiros”, produzido por Bourdieu e Passeron, para analisar o sentido que os estudantes dão ao ensino superior e ao fato de serem bolsistas desse programa tendo como ponto de referência quatro eixos temáticos: família, trabalho, acesso à universidade e vida universitária. O autor indica que os sociólogos franceses criticavam a ideia de que havia uma condição homogênea entre os universitários daquele país. A origem social seria o fator mais importante na diferenciação e isso também ocorre entre bolsistas do PROUNI.

A pesquisa verificou uma diferenciação básica entre estudantes alocados em instituições de ensino superior mais prestigiadas e os alocados em instituições de menor prestígio quanto à origem social e características individuais. O perfil dos bolsistas nas instituições mais prestigiadas aponta para cursos com formatos mais tradicionais quanto à duração, de 4 a 5 anos, alunos que cursam bacharelados, situados na faixa etária considerada ideal para o ensino superior (18 a 24 anos) e moradores de áreas mais próximas ao centro de São Paulo. Já nas instituições menos prestigiadas, encontramos cursos de duração mais enxuta (que oferecem diploma de tecnólogo) e de concorrência

baixa, além de alunos com maior média de idade e moradores de bairros mais distantes e de outras cidades da Grande São Paulo. Essa constatação reforça a indicação da literatura analisada e dos dados de que as formações menos valorizadas tendem a ser ocupadas por estudantes de situação mais vulnerável.

Quando se trata, tanto em um tipo de instituição como no outro, de estudantes bolsistas com renda familiar de até três salários mínimos, o desafio é definir diferentes tipos de carência e as peculiaridades de cada caso, levando em conta a heterogeneidade existente dentro do grupo de estudantes carentes. Como afirmado anteriormente, o PROUNI é um elemento facilitador para indivíduos que necessitam trabalhar. Dentro desse universo, encontramos jovens solteiros que vivem com suas famílias e que dividem suas atenções entre os estudos e o auxílio ao sustento doméstico e indivíduos de maior idade (e mesmo mais novos), casados – com e sem filhos – que possuem maiores responsabilidades e que necessitam de “empregabilidade mais rápida”, tendendo a ser mais pragmáticos na escolha do curso.

Uma hipótese é de que as licenciaturas e áreas menos valorizadas muitas vezes não são a primeira opção de curso, mas são aquelas com menor concorrência e que permitem a entrada de indivíduos que estão há mais tempo sem estudar e que não dispõem de tempo para dedicação exclusiva aos estudos pré-vestibulares. Isso não significa que a seleção para essas carreiras seja menos severa, mas que a concorrência nessas áreas é diferente e não ocorre a presença nem das elites educacionais nem da parte mais competitiva dos candidatos mais pobres.

A entrada na universidade através de uma área pouco concorrida pode ser encarada, em algumas situações, como uma estratégia que os agentes mobilizam para conseguir acessar espaços mais valorizados, posteriormente valendo-se de informações obtidas e redes sociais construídas após o ingresso. Também pode constituir uma forma de preparação para a nova tentativa por meio dos conteúdos e dos hábitos de estudo adquiridos. Retomando a discussão elaborada por François Dubet, esses estudantes podem, a partir de suas experiências (e da experiência de outros) conseguir algo que não seria possível no primeiro momento. O efeito “grife” também existe no setor privado e os estudantes possuem conhecimento ou têm como obter informações sobre as instituições mais prestigiadas. Assim, tanto as transferências entre instituições como nova tentativa via ENEM – com maior *background* – são opções viáveis. Por fim, o PROUNI também pode ser a única forma de entrada buscada por parte dos estudantes egressos de escola pública, mesmo que tenham a possibilidade de ingressar

no ensino público via SISU se eles desejarem uma formação “rápida” e que permita a entrada “imediata” no mercado de trabalho. Esta pode ser uma forma de evitar atrasos na formação, tendo em vista questões recorrentes do ensino público como as greves, por exemplo. A passagem pela universidade privada pode ser enxergada como mais vantajosa por grande parte dos estudantes mais carentes em suas situações específicas de vida.

Considerações finais

As últimas décadas observaram forte expansão do ensino superior no Brasil. Houve substantivo crescimento das matrículas e diversificação do público que ingressa nesse nível de ensino. Milhões de indivíduos que em outras ocasiões dificilmente cursariam uma universidade (seja ela pública ou privada) conseguiram ingressar no sistema. Porém, o que as pesquisas nos mostram é que a democratização não se resume simplesmente ao aumento do número de estudantes porque os diferentes grupos não possuem as mesmas condições para se beneficiar dessa expansão. Dada essa questão, um forte esforço teórico e empírico foi levado adiante com objetivo de identificar as dinâmicas da desigualdade antes, no momento do acesso e depois do ingresso.

Como Dubet (2015) indica, seria preciso observar onde estão os estudantes mais pobres. Os dados analisados em minha pesquisa indicam que os estudantes de origem social menos favorecida tendem a cursar áreas menos valorizadas. Assim sendo, é preciso repensar o próprio sentido da democratização. Ainda que esses estudantes observem melhorias no status ocupacional em relação a seus pais, não ocorreria uma redução significativa de desigualdades sociais na medida em que os cursos mais valorizados no mercado de trabalho e que fornecem maior prestígio aos portadores de seus diplomas permanecem ocupados em sua maioria por egressos dos extratos médios e altos da sociedade brasileira, fortemente associados à possibilidade do custeio de educação básica privada.

Existe a hipótese de criação de novas hierarquias no interior do sistema de ensino superior com os mais pobres se destacando nos cursos da área de Educação (Pedagogia e outras licenciaturas), Serviço Social e cursos mais curtos que oferecem diploma de tecnólogo, voltados às necessidades imediatas do mercado de trabalho. A questão de que tratamos aqui não é apontar esses cursos como sendo “inferiores”, mas como detentores de um prestígio social diferenciado e questionar as razões pelas quais os estudantes mais pobres “escolhem” com maior frequência justamente essas carreiras.

Por que os mais ricos desenvolvem menos a “vocação para ensinar” na educação básica?

As evidências indicam uma série de condicionamentos sociais que influenciam as escolhas e trajetórias e que a escolha não é possível para todos (NOGUEIRA, 2013): aptidões pessoais, qualidade da educação básica e da formação em matemática e ciências, notas nos processos seletivos, necessidade de trabalhar, horário dos cursos, localização da universidade, entre outros fatores que podem ser temas relevantes de pesquisa sociológica.

Referências

ALMEIDA, W. M. Estudantes com desvantagens sociais e os desafios da permanência na universidade pública. In: PIOTTO, D. C. (Org.). *Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências escolares*. São Carlos: Pedro e João, 2014. p. 239-72.

ALMEIDA, W. M. Os herdeiros e os bolsistas do PROUNI na cidade de São Paulo. *Educação e Sociedade*, v. 36, n. 130, p. 85-100, jan./mar. 2015.

ALMEIDA, W. M. *USP para todos?: estudantes com desvantagens socioeconômicas e educacionais e fruição da universidade pública*. São Paulo: Musa, 2009.

BARBOSA, M. L. Destinos, escolhas e a democratização do ensino superior. *Política & Sociedade*, v. 14, n. 31, set./dez. 2015a. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2015v-14n31p256>

_____. Origem social e vocação profissional. In: HERINGER, R.; HONORATO, G. (Orgs.). *Acesso e sucesso no ensino superior: uma sociologia dos estudantes*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2015b.

BARBOSA, M. L.; PRATES, A. A. P. A expansão e as possibilidades de democratização do ensino superior no Brasil. *Caderno CRH*, v. 28, n. 7, p. 327-40, maio/ago. 2015. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200006>

BARBOSA, M. L.; SANT'ANNA, M. J. As classes populares e a valorização da escola no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL GOVERNANÇA URBANA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, 2010, Natal, Brasil. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk,

2013.

_____. *Os três estados do capital cultural*. In: BOURDIEU, P. Escritos de educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. São Paulo: Francisco Alves, 1975.

CARVALHO, M.; REZENDE, A. Formas de ser menino negro: articulações entre gênero, raça e educação escolar. In: CARVALHO, M. (Org.). *Diferenças e desigualdades na escola*. Campinas: Papirus, 2012.

CATANI, A. M.; GILIOLI, R. S. P.; HEY, A. P. PROUNI: democratização do acesso às instituições de ensino superior? *Revista Educar*, n. 28, p. 125-40, 2006.

COLLARES, A. C.; PRATES, A. A. *Desigualdade e expansão do ensino superior na sociedade contemporânea: o caso brasileiro do final do século XX ao princípio do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

DUBET, F. Qual a democratização do ensino superior? *Caderno CRH*, v. 28, n. 74, p. 255-66, maio/ago. 2015. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2015v14n31p256>

ELIAS, N. *Mozart, a sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FORQUIN, J. C. *Abordagem sociológica do sucesso e do fracasso escolares: desigualdades de sucesso escolar e origem social*. In: Henriot-van Znten, A. et al. *Sociologia da educação: dez anos de pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 81-174.

HERINGER, R. Ação afirmativa à brasileira: institucionalidade, sucessos e limites da inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil (2001-2008). In: PAIVA, A. R. (Org.). *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2010. p. 117-45.

HONORATO, G. A distribuição de apoio social e atividades complementares entre estudantes das IFES por cor e condição de ingresso (cotista e não cotista). In: HONORATO, G.; HERINGER, R. (Orgs.). *Acesso e sucesso no ensino superior: uma sociologia dos estudantes*. Rio de Janeiro: 7 Letras; 2015.

HONORATO, G.; HERINGER, R. (Orgs.). *Acesso e sucesso no ensino superior: uma sociologia dos estudantes*. Rio de Janeiro: 7 Letras; 2015.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: ARIOVICH,

L.; MARGULIS, M. (Orgs.). *La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventude*. Buenos Aires: Biblos, 1996. p. 13-30.

MORAIS, J. A. S. Caminhadas de universitários de origem popular: trajetórias de acesso ao ensino superior federal brasileiro. 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

NOGUEIRA, C. Escolha racional ou disposições incorporadas: diferentes referenciais teóricos na análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores. *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 18, mar. 2013.

SALATA, A. R. *Estudar x trabalhar: as influências do local de moradia sobre as escolhas dos jovens no município do Rio de Janeiro*. 2010. 92 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). — Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, p. 226-37, maio/ago. 2006. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000200003>

Submetido em: 23-10-2017

Aceito em: 09-05-2018